



Proc. 1305/91

Folha n.º 06 do proc.
n.º 1305 de 1991
O funcionário *[assinatura]*

Câmara Municipal de São Paulo

⁶⁷⁵ **675** /91 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA 21/91.

Tendo como autores os Vereadores Paulo Kobayashi, Walter Feldman e outros, a presente proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município procura acrescentar parágrafo ao art. 127.

Este artigo reza que "a paralisação das obras públicas iniciadas dependerá de prévia autorização legislativa". Tal dispositivo foi inserido na Lei Orgânica com o fito de evitar interrupção prolongada de obras públicas em andamento, por motivos alheios ao interesse público, tais como divergências políticas pessoais dos governantes.

Ocorre que, para melhor aplicação do disposto, há necessidade de algumas outras definições, apresentadas na proposição, quais sejam:

1) Seria considerada como paralisada a obra pública que, não concluída no prazo inicial do projeto, sofresse interrupção de mais de 30 (trinta) dias.

2) Deverá ser reposto aos cofres públicos, pelo servidor responsável, as perdas decorrentes da paralisação de obra pública sem a necessária anuência legislativa.

3) Os requerimentos do Executivo solicitando paralisação de obras públicas deverão tramitar em regime de urgência pela Câmara Municipal de São Paulo, e apreciados no prazo de 15 (quinze) dias.

Esta Comissão, analisando o apresentado, não vê nenhum óbice ao mesmo, posicionando-se favoravelmente à medida.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 17 de junho de 1991.

[assinatura]
Presidente:

[assinatura]
Relator:

[assinatura]
contra

[assinatura]

[assinatura]
contra

[assinatura]